



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1009362-39.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Ederson de Mendonça**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

EDERSON DE MENDONÇA ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, visando o fornecimento de medicamento. Alegou ser portador de **HEPATITE CRÔNICA C, GENÓTIPO 1**, necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento **Sofosbuvir 400mg (01 cp/dia) e Simeprevir 150mg (01 cp/dia) durante doze semanas do tratamento**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação do réu a fornecer-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada. Com a inicial (fls.01/13) vieram os documentos (fls. 14/50).

Juntado aos autos o Formulário para Análise de pedido Liminar de Fornecimento de Medicamento (fls. 53).

Deferida a tutela antecipada (fl. 98).

A ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo, citada (fl. 108/109), contestou a ação (fls.112/117), argumentando que o tratamento de Hepatite Viral C está regulamentado pelo Ministério da Saúde através do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas aprovado pela Portaria SCTIE/MS nº 37, de 24/07/2015. Enfatizou-se que o autor já possui solicitação administrativa pela Resolução SS-54 de 11/05/2015, entretanto, o autor não apresentou a documentação necessária para a dispensação dos referidos medicamentos, sendo certo que impõe-se àquele a demonstração da excepcionalidade da situação de modo a justificar, nos termos do Protocolo Clínico do Ministério da Saúde, o cabimento do tratamento com aquela Medicação. No mais, a Portaria 35 de 2006 estabelece prazo de até 80 (oitenta) dias para tramitação do processo de licenciamento, podendo ultrapassar esse prazo quando for impossível o seu cumprimento por razões que fogem ao controle dos órgãos anuentes. Assim requereu a dilação do prazo de 20 dias da decisão de fls. 98 para 80 dias e pugnou pela improcedência do pedido.

Réplica às fls. 129/130.

O feito foi saneado, determinando-se a realização de avaliação médica (fl. 132).

Apresentado os quesitos pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo (fls. 135/136) requerendo que o Perito digne-se a respondê-los no momento da elaboração do laudo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

pericial.

Juntado aos autos o laudo medico do IMESC de fls. 159/167.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

A responsabilidade não pode estar restrita à lista de medicamentos elaborada pelo Ministério da Saúde (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME), pelos Estados e pelos Municípios, para atendimento através do SUS, desde que comprovada à necessidade do paciente a um medicamento não listado.

É cristalino o dever do Município e do Estado em prestar atendimento ao doente. Atender à saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde da autora é proteger-lhe a vida, com indubitável apoio no interesse da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no pólo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.)” RT 841/369.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDICAMENTOS – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos constitui responsabilidade solidária do Estado e do Município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público, mesmo na ausência de negativa expressa por parte da administração, em vista da demora de quase um ano na apreciação do requerimento administrativo. Precedentes do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

STJ e desta Câmara. Decisão reformada. Recurso provido” (TJRS – AI 70005011796 – 3ª C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 14.11.2002).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO À SAÚDE - EXAME DE RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária do Estado e do município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em sede de antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão mantida. Recurso desprovido” (TJRS – AI 70004964284 - 3º C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 24.10.2002).

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Pretensão ao fornecimento regular de medicação de alto custo, manifesta por portadora de grave patologia, hipossuficiente - Legitimidade passiva ad causam do dirigente da unidade de saúde local, ostentando poderes e meios para atender o comando judicial - Peculiaridades fáticas que permitem obrigar o Estado a fornecer periodicamente, sem que possa valer da escusa de carência de recursos financeiros - Recurso oficial e da Fazenda Pública não providos” (Apelação Cível n. 89.352-5 - Araçatuba - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - 15.09.99 - V.U.).

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

O relatório médico apresentado pelo autor (fls. 20/21) foi corroborado pelo laudo médico do IMESC (fls. 159/167), no qual o Perito conclui pela necessidade do medicamento, visto que o autor já fez uso dos demais medicamentos disponibilizados sendo certo que não houve efeito.

Deve-se atentar à recomendação do CONITEC para a liberação de medicamentos no SUS para pacientes sem respostas ao INTERFERON PEGUILADO associado a RIBAVIRINA.

Além disso, a ausência de capacidade econômica do autor restou comprovada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

pelos documentos acostados aos autos.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, para determinar que a ré forneça, de imediato e gratuitamente ao autor, o medicamento **Sofosbuvir 400mg (01 cp/dia) e Simeprevir 150mg (01 cp/dia) durante doze semanas do tratamento**, em quantidade compatível com o receituário médico apresentado.

A continuidade do fornecimento do medicamento especificado no dispositivo desta sentença ficará condicionada à apresentação, diretamente pelo autor à ré, a cada retirada, em caso de medicamento controlado e a cada três meses, nos demais casos, de relatório médico, atualizado, informativo da evolução da enfermidade e do tratamento, e receituário médico confirmando a necessidade da manutenção do tratamento com o mesmo medicamento, discriminando-o, especificando a quantidade e a previsão do período de sua utilização.

Caso comprovada a cessação da necessidade do medicamento em prazo inferior a seis meses, a ré estará desobrigada do fornecimento.

Uma vez não retirado o medicamento por prazo superior a dois meses, a decisão perderá sua eficácia.

CONDENO a ré FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento das custas e despesas processuais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) tendo em vista o grande número de ações versando sobre matéria análoga.

Sentença sujeita a reexame necessário.

P.I.C.

Araraquara, 15 de outubro de 2018.